

PREFÁCIO

A Operação Produção foi um programa iniciado pelo governo moçambicano nos meados de 1983, logo após o IV Congresso do Partido Frelimo, para expulsar (palavra certa) coercivamente os desempregados das grandes cidades, e enviá-los para remotas zonas rurais, onde – pelo menos teoricamente – iriam cultivar. O programa não surgiu de repente ou sem aviso prévio, mas foi sim o culminar lógico de tendências sociais e políticas identificáveis, num momento de crise para o estado moçambicano. O conflito já prolongado com a Renamo estava a intensificar-se e em consequência o país estava cada vez mais vulnerável aos desastres naturais tais como as inundações, a seca e a fome. Mas, mesmo na ausência desses factores agravantes, a Frelimo, como movimento, já tinha mostrado uma tendência no sentido de um “puritanismo” anti-urbano, caracterizando as vilas e cidades como corruptas e corruptoras. Uma “operação limpeza”, afinal, foi desencadeada tão cedo que 1975. Além disso, a credibilidade da chamada “engenharia social” como instrumento para atingir objectivos políticos e económicos era ainda elevadíssima na década de setenta, o que se tinha manifestado em tais projectos ambiciosos como as aldeias comunais.

O descontrolado e afinal incontrolável influxo das populações rurais para os centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida foi percebido pelo governo da Frelimo como grande desafio para o seu projecto socialista. Assim, a população desocupada nas cidades e vilas aumentou, colocando uma pressão adicional nos serviços tais como saúde e educação. É bem possível que de facto tenha reduzido também a capacidade do campo para produzir alimentação. Acreditou-se na altura que os “marginais” ou “improdutivos”, utilizando a terminologia desdenhosa contemporânea, virariam quase, inevitavelmente às actividades do crime ou da prostituição para sobreviver, e a migração para as cidades foi, assim, visto como contributo para a instabilidade social.

No entanto, a Operação Produção não foi de modo nenhum, uma resposta inusitada pelos governos enfrentando o problema da influência desestabilizadora do «lumpemproletariado», ou seja uma subclasse urbana fora das estruturas normais do controlo. Foi, sem dúvida, uma resposta extrema, e resultou em rupturas sociais em larga escala sem ter, como Carlos Quembo argumenta neste livro, qualquer impacto perceptível sobre os problemas que deveria ter ajudado a resolver. Carlos Quembo aponta para tentativas análogas pelas autoridades coloniais portuguesas de controlar o

influxo aos centros urbanos, mas adverte aos leitores contra comparações lineares ou reducionistas. Porém, é verdade que a urbanização rápida é um processo que muitas vezes se encontra acompanhado por superlotação de habitação, bem como condições de vida insalubres e miseráveis. Além disso, é um processo que tanto cria como ajuda a criar, a já referida subclasse de desempregados ou subempregados urbanos pobres, que podem ser, e de facto são, responsabilizados pelas condições das quais são, eles próprios, as vítimas.

Não é surpreendente, portanto, que se encontra tentativas pelo estado de controlar o movimento e o emprego dos mais pobres na Europa mesmo nos tempos pré-industriais. A chamada «Lei dos Pobres» (ou «Poor Law») de 1388 na Inglaterra tentou controlar os salários e restringir a livre circulação de trabalhadores. Durante todos os seguintes séculos, os chamados “asilos” ou «workhouses» juntaram alívio para os pobres com condições de vida duríssimas e com o que era essencialmente trabalho forçado. Após a revolução industrial, as condições nas favelas urbanas inglesas – apelidados de “espeluncas” ou “rookeries” – foram muitas vezes descritas em termos moralistas e de desaprovação:

“... meninas de catorze ou quinze anos, com cabelos emaranhados, andando com os pés descalços ...; meninos de todas as idades, em casacos de todos os tamanhos...; homens e mulheres... descansando, repreendendo, bebendo, fumando, brigando, lutando, e usando palavrão” (Charles Dickens, Sketches by Boz).

Os países socialistas da época foram, também, notavelmente implacáveis para com os desempregados ou subempregados. Na União Soviética, por exemplo, tuneyadstvo ou “parasitismo” foi considerado uma ofensa grave. A alínea 60 da constituição soviética e a alínea 209 do código penal criminalizaram a “evasão de trabalho socialmente útil” e acreditava-se na altura que os desempregados eram especialmente susceptíveis à actividade criminal. A definição de “parasitismo” incluiu uma gama ampla de actividades tais como a mendicidade, a fraude, a extorsão, o roubo, a pesca ilegal, o comércio especulativo, a gestão de um bordel, a recolha de frutos silvestres, nozes e frutas fora da estação, e a imprópria circulação de veículos automóveis. Os intelectuais dissidentes e críticos do regime, tais como o poeta Iosif Brodsky, foram às vezes acusados de tuneyadstvo.

Hoje em dia, pode-se dizer que a Operação Produção é vista como preocupante, tendo englobado vários abusos de direitos humanos e não tendo conseguido atingir os seus objectivos fundamentais quer de uma redução de problemas

urbanos quer um aumento da produção de alimentos nas zonas rurais. Mesmo na altura, as reportagens nos jornais nacionais frequentemente relacionaram casos de estupro e de várias formas de corrupção, ao mesmo tempo repetindo garantias de que estes problemas seriam rapidamente corrigidos. O programa foi finalmente e formalmente liquidado em Maio de 1988, quando os evacuados receberam autorização de voltar para as cidades. Apesar disso, o programa continua a ter os seus defensores. Em 2004, o então Presidente da República, Joaquim Alberto Chissano, foi citado como defendendo o programa:

«Era um bom programa que visava recuperar delinquentes e marginais. Hoje ridicularizam-nos, dizem que era um programa criminoso, enquanto estava cheio de humanismo.» (Savana, 19 de Novembro de 2004).

Três anos mais tarde, nos meados de 2007, a escritora e ex-deputada frelimista Lina Magaia tomou uma linha dura, afirmando sem remorso que se fosse da sua responsabilidade, iniciaria o programa de novo, na queda de um chapéu, como medida efectiva contra a criminalidade:

“... hoje mesmo, se alguém me perguntasse o que faria na cidade de Maputo, eu diria que faço uma operação produção. Tirar todos os que estão sem produzir nada para os fazer produzir no campo. Porque tu tens excesso de gente na cidade de Maputo sem fazer nada; porque a criminalidade começa desde pequeno a subir...” (O País, Maputo, 3 de Agosto de 2007)

Esse texto do historiador e cientista político moçambicano Carlos Quembo é baseado numa análise cuidadosa de documentos e de reportagens contemporâneos. O autor também utiliza entrevistas com testemunhas e participantes nos eventos que descreve. Localiza a Operação no contexto das ideologias dos finais do período colonial e do pós-independência, descrevendo o contexto social e económico, e os processos políticos que estavam em curso no início e nos meados da década 1980. Examina as consequências da Operação em termos políticos, sociais e sobretudo humanos. É uma contribuição significativa para o nosso entender de um período da história de Moçambique, que se manteve até agora praticamente escasso.

Colin DARCH

*Bibliotecário e documentalista na Universidade de Cabo, África do Sul
22 de Março de 2016*